



SEMINÁRIO
EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA:
DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES NA AMAZÔNIA

7 e 8 de maio de 2026 – Porto Velho/RO

Evento híbrido | Gratuito

**TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA NA AMAZÔNIA: UM OLHAR SOBRE A
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A SAÚDE DAS MULHERES EM
RONDÔNIA**

Maria Eunice Aiardes Ferrer¹

**DIREITO A SAÚDE E DIVERSIDADE EDUCACIONAL NOS TERRITÓRIOS
AMAZÔNICOS**

GT indicado: Educação Integral e Territórios educativos.

RESUMO: Este trabalho apresenta uma análise crítica sobre as violações de direitos fundamentais e as potencialidades educativas em territórios tradicionais e periféricos de Rondônia. A partir da experiência vivenciada no curso de "Educação em Direitos Humanos, Mídia e Educação Integral", discute-se como a negação de serviços básicos, como o saneamento e a educação de qualidade, impacta diretamente populações quilombolas, ribeirinhas, indígenas e migrantes. O estudo destaca a precariedade infra estrutural, onde Porto Velho apresenta apenas 2% de saneamento básico, agravando a vulnerabilidade social. Propõe-se uma intervenção educativa pautada na pedagogia de Paulo Freire, focada no fortalecimento da consciência crítica e na promoção da saúde de mulheres que sustentam esses territórios. O objetivo central é mapear esses espaços como territórios vivos de resistência, promovendo a cidadania através da valorização dos saberes tradicionais e do combate às desigualdades estruturais na Amazônia.

¹ Maria Eunice Aiardes Ferrer. UNB-Brasília. Possui graduação em Licenciatura e Bacharel em Enfermagem pela Faculdade São Lucas, Pós-Graduação em Metodologia do Ensino Superior, Faculdade São Lucas. Esp. Estratégia em Saúde da Família Fio CRUZ- e UFMS). Mestranda do Curso Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT) pela UNB-Brasília.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Amazônia. Educação Integral. Mulheres. Território.

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia transcende sua dimensão ambiental, configurando-se como um território vivo composto por um mosaico de identidades e resistências, mas também por profundas assimetrias sociais. Este trabalho surge da necessidade de refletir sobre como os direitos humanos são vivenciados, ou negados, em comunidades tradicionais de Rondônia, como Vila Bela, Pimenteiras e as populações ribeirinhas do Baixo Madeira.

A problemática central reside na distância abissal entre os direitos adquiridos por lei e a realidade de exclusão enfrentada por esses grupos. Como preconiza a Constituição Federal (Brasil, 1988), a dignidade da pessoa humana é um fundamento da República, porém, em territórios amazônicos, essa garantia é frequentemente suprimida por crimes ambientais, insegurança alimentar e falta de acesso a serviços essenciais. Assim, o mapeamento do território torna-se o primeiro passo para identificar práticas que promovam direitos e espaços de resistência.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A base deste estudo é a pedagogia de Freire (1987), que define a educação como prática de transformação e desenvolvimento da consciência crítica. No contexto dos territórios educativos, a Educação Integral deve ser compreendida como um direito que prepara o sujeito para o exercício pleno da cidadania. Discute-se aqui como os estigmas contra pretos, indígenas, migrantes e mulheres de periferia funcionam como barreiras estruturais para essa formação integral.

3. METODOLOGIA / DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A metodologia consistiu no mapeamento territorial e na identificação de desafios em Porto Velho e regiões vizinhas. A experiência foi pautada na observação de práticas que promovem ou violam direitos, como o acesso ao rio, feiras e associações. Propõe-se uma intervenção educativa focada em pesquisas e rodas de conversa sobre a saúde

e vivência de mulheres quilombolas, ribeirinhas e migrantes em situação de vulnerabilidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados mostram que o direito ao saneamento básico é violado drasticamente: Porto Velho possui apenas 2% de cobertura. Além disso, crimes ambientais afetam a fauna e contaminam rios com agrotóxicos, causando patologias graves nas populações tradicionais. Na educação, há um déficit histórico que se manifesta na falta de materiais didáticos e merenda escolar em áreas ribeirinhas, além da luta quilombola por uma educação que respeite sua identidade territorial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As violações praticadas precisam ser estancadas para que esses grupos não pereçam. O Estado deve garantir água potável, saúde e educação digna nos próprios territórios. A proposta educativa apresentada reafirma a importância de valorizar os conhecimentos tradicionais das mulheres que sustentam a Amazônia, garantindo-lhes o direito de viver com dignidade em seus ambientes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.